



UNINCOR

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE

GERALDO LEANDRO ROCHA SILVA

**CARTILHA COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS
CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO**

**TRÊS CORAÇÕES – MG
2022**

GERALDO LEANDRO ROCHA SILVA

**CARTILHA COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS
CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO**

Produto Tecnológico apresentado ao Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor), como parte das exigências do programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Zionel Santana

**TRÊS CORAÇÕES – MG
2022**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da Cartilha.....	14
Figura 2 – Página de apresentação, contendo o objetivo da Cartilha	15
Figura 3 – Página de divisão de capítulo da Cartilha com questões norteadoras de seu conteúdo objetivo	18
Figura 4 – Página de encerramento da Cartilha com mensagens de encorajamento ao seu público-alvo	19
Figura 5 – Articulação das eletivas com o itinerário formativo	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetos do conhecimento do currículo complementar social – Noções de Contabilidade.....	17
Quadro 2 – Objetivos de aprendizagem do currículo complementar social – Noções de Contabilidade.....	17
Quadro 3 – Competências e habilidades da BNCC desenvolvidas com a aplicabilidade da Cartilha de Noções de Contabilidade (currículo complementar social) para o mercado de trabalho	21
Quadro 4 – Comparativo do currículo do EM com a proposta curricular do NEM (com base na Portaria 521/21).....	24
Quadro 5 – Objetos do Conhecimento do itinerário formativo Preparação par o Mundo do Trabalho X Objetos do Conhecimento do Currículo Complementar Social (Noções de Contabilidade)	25
Quadro 6 – Objetos e Objetivos de aprendizagem	26
Quadro 7 – Objetos e Objetivos de aprendizagem	27

LISTA DE SIGLAS

BCNN	Base Nacional Comum Curricular
EM	Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEM	Novo Ensino Médio
UNINCOR	Centro Universitário Vale do Rio Verde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
1.1 Justificativa	07
2 METODOLOGIA.....	08
3 ENSINO MÉDIO, CURRÍCULO, COMPETÊNCIAS E MERCADO DE TRABALHO	09
4 A CARTILHA COMO PRODUTO TECNOLÓGICO DO CURRÍCULO COMPLEMENTAR SOCIAL COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTE S DO ENSINO MÉDIO	13
4.1 Identificando o produto tecnológico	13
4.2 Apresentando a cartilha.....	14
4.3 Objetivo e público-alvo da cartilha.....	15
4.4 Apresentação do formato, da estrutura e do conteúdo da cartilha	16
5 RESULTADOS E DUSCUSSÃO A PARTIR DA APLICABILIDADE DA CARTILHA	20
5.1 Habilidades e competências de Contabilidade adquiridas pelos do Ensino Médio para o ingresso no mercado de trabalho e empregabilidade	20
5.2 O encontro da estrutura curricular complementar social (produto tecnológico) para o Ensino Médio com a proposta curricular do Novo Ensino Médio	23
6 CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICE – CARTILHA: CURRÍCULO COMPLEMENTAR SOCIAL COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTE S DO ENSINO MÉDIO	34

1 INTRODUÇÃO

Teoricamente, o Ensino Médio (EM) constitui-se em uma etapa de múltiplas funções, voltada para a formação integral do indivíduo em sua juventude. Engloba a proposta de consolidação de conhecimentos e habilidades básicas dos jovens, preparando-os para o ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho, sem o descuido de educá-los enquanto cidadãos capazes de agir de forma íntegra e em convivência harmônica com a sociedade (TARTUCE et al., 2018; VILHENA, 2019).

Dentro de um cenário jurídico que assegura políticas públicas da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº. 9394/1996 (BRASIL, 1996) – associa o processo ‘educativo’ do EM (ao caracterizá-lo) ao contexto e às mudanças do mercado de trabalho.

Na prática, ao final desta etapa, o jovem é obrigado a fazer escolhas (ou não) pela continuação de sua formação, tendo em destaque o Ensino Superior ou o mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2018).

Especificamente, em relação ao ingresso no mercado de trabalho, a educação recebida no EM configura-se como elemento discriminador ao mesmo tempo que discriminatório, considerando que vem sempre dividir social, econômica e politicamente os sujeitos da sociedade. Assim, sujeitos têm emprego (ou não) a partir de sua categorização como educados/formados (ou não), a partir da aptidão das habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho e contempladas (ou não) nesta etapa da educação básica (OLIVEIRA, 2018).

Os jovens concluintes da mesma nem sempre estão conscientes das dificuldades que serão encontradas para ter acesso ao mercado de trabalho, como a concorrência ou a necessidade de aprimoramento de habilidades e competências exigidas pelo mundo globalizado (SOUZA; VAZQUEZ, 2015).

Nesse sentido, percebe-se que estes jovens optantes ou demandantes pelo ingresso no mercado de trabalho, em sua maioria, apresentam expectativas diferenciadas em relação à realidade da competitividade, haja vista a não acolhida imediata ou a não receptividade do próprio mercado por essa clientela que chega despreparada (VILHENA, 2019). O conceito de educação a estes jovens requer olhares mais definidos sobre o mercado de trabalho, principalmente no que tange o currículo escolar – sendo este ponto de motivação para a proposta deste produto tecnológico.

Nasce assim a ideia de uma cartilha, embasada por um currículo complementar social para os jovens concluintes do EM, inferindo novas disciplinas – como por exemplo, a Contabilidade voltada para o ingresso no mercado de trabalho. Esta, remeterá o educando ao universo do mercado de trabalho com mais estrutura, conhecimentos, competências e habilidades voltadas à empregabilidade.

1.1 Justificativa

A proposta do currículo complementar de Contabilidade (em forma de cartilha e, por isso, produto tecnológico) justifica-se na sua convergência com os ditames bibliográficos da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM), haja vista seu ponto comum de desenvolvimento de competências, habilidades para a profissionalização dos jovens e condições para concorrência no mercado de trabalho e aumento de chances de empregabilidade.

2 METODOLOGIA

A elaboração de uma cartilha com Noções de Contabilidade para jovens do EM pretensos ao mercado de trabalho se caracterizou por uma pesquisa do tipo exploratório-explicativa, pois: busca a ampliação do conhecimento à respeito de um fenômeno, explorando sua realidade e centra-se na preocupação da identificação de fatores determinantes no desencadeamento deste fenômeno, desta realidade, situando seu ambiente social de ocorrência, identificando sua causa e efeito (ZANELLA, 2011) – que no caso, objetiva a identificação das habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho, para propor uma estrutura curricular complementar social (cartilha enquanto produto tecnológico) visando preparar (capacitar e habilitar) os alunos concluintes do EM para o mercado de trabalho.

Assim, a elaboração de um currículo complementar social para o EM demandou uma pesquisa bibliográfica associada à literária, para embasar as análises da realidade a ser estudada (ZANELLA, 2011) – que no caso, a realidade é o currículo do EM público (que vigorou até o ano de 2021), que não se fez condizente e promoveu o desenvolvimento de habilidades e competências para jovens concluintes desta etapa da educação básica, dando-lhes condição de igualdade para concorrência e empregabilidade.

Para a pesquisa bibliográfica, enquanto instrumentos ou materiais, foram utilizadas obras clássicas sobre educação e ensino, legislação pertinente à educação e às políticas públicas formuladas, contemplando o assunto em pesquisa (por isso, uma pesquisa documental paralela). Para a pesquisa literária, foram priorizados artigos científicos (do banco de dados confiáveis) e trabalhos de conclusão de cursos (mestrado e doutorado) inseridos em repositórios relacionados.

Assim, antes da apresentação do produto tecnológico em si, uma síntese sobre a bibliografia e literatura revisadas vem corroborar com a sua proposição.

3 ENSINO MÉDIO, CURRÍCULO, COMPETÊNCIAS E MERCADO DE TRABALHO

O início da década de 90 representa um marco divisório acerca das publicações de estudos e trabalhos nacionais e internacionais relacionados à relevância das transformações nos processos educativos em prol da formação de um perfil diferente de trabalhador (ESPINDULA; LEITE; PEREIRA, 2012). Estes estudos e trabalhos referenciavam o processo de reestrutura produtiva e globalizada da economia, enaltecendo um perfil inovador de trabalhador demandado pelo setor produtivo da sociedade (OLIVEIRA, 2015). Enalteciam que a forma que a escola se posiciona em contribuição ao novo cenário imputaria uma reestrutura de suas práticas e arranjos curriculares, enquanto direcionamento do preparo de seus educandos, e do desenvolvimento de competências enquanto estratégia para adquirir novas capacidades, garantidoras do acesso e permanência no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2018).

De acordo com Bueno (2019), a juventude brasileira caracteriza-se pela antecipação ao mercado de trabalho, considerando o número de jovens que trabalham em idade da etapa final da educação básica. De acordo com Silva e Scheibe (2017), tal discursividade disseminada da empregabilidade orientou as práticas do sistema de ensino público, instaurando-se como referencial para ações governamentais destinadas à qualificar profissionalmente os educandos.

Neste cenário, é consensual a demanda pela reformulação do sistema educacional, que foi se fortalecendo aos poucos, emergindo o contexto de escola de qualidade (RAMOS, 2014).

A inaptidão da escola em garantir integração e inserção do jovem no mercado de trabalho, impondo aos governantes a elaboração de novas estratégias e políticas públicas para minimização deste impacto e das consequências negativas promovidas pelo modelo econômico centrado na probidade da mão de obra se fizeram inquestionáveis (FERRETI, 2018).

Consensualmente, tem-se uma afirmativa da existência de uma crise instaurada entre a escola e os jovens do EM, pois estes colocam sob suspeita a influência da educação em seus projetos de vida, considerando que esta instituição marca-se como nada significativa para o presente e, conseqüentemente negativa para o futuro. É consensual, ainda, a afirmativa de que principalmente as escolas públicas desta modalidade de ensino, não consideram que os jovens tenham histórias próprias para além de seus muros (GONÇALVES, 2017; FERRETI; SILVA, 2017; LINO, 2017; KRAWCZYK; FERRETI, 2017; OLIVEIRA; BATISTA, 2018; ANDRADE; SOUZA, 2020).

A estrutura curricular do EM promove a formação limitada de jovens, garantindo somente o domínio de conteúdos que lhes garantam uma qualificação básica. Isto permite uma interpretação da existência da distribuição desigual dos conhecimentos acumulados, justamente

pela péssima qualidade da formação desenvolvida – sustentando mecanismos excludentes, úteis à acumulação do capital e fomentos de postos de trabalhos precários para jovens (OLIVEIRA; BATISTA, 2018). A educação do EM de baixa qualidade, sustentada por um currículo que não contempla o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para acesso desta classe desfavorecida ao mercado de trabalho mais igualitário, fortalece os modelos de acumulação (OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA, 2018).

A inserção no mercado de trabalho mais elitizado, que beneficia uma classe que pode ter acesso ao Ensino Superior, se faz uma extensão direta do processo de escolarização básica e qualificação do profissional jovem. Contudo, para os jovens de classe mais baixa, oriundos da escola pública, o EM seria a oportunidade ímpar para aquisição de conhecimentos mínimos demandados pelo mercado de trabalho e, então, quaisquer ações que restrinjam este acesso sustentam e ampliam a desigualdade social (FERRETTI; SILVA, 2017); ampliam e sustentam a precarização intensificada pelo neoliberalismo, voltada à flexibilização dos direitos trabalhistas. (KRAWCZYK; FERRETTI, 2017).

Andrade e Souza (2020) afirmam que, na atualidade, o EM caracteriza-se por um currículo extenso, fragmentado e superficialmente organizado; um currículo que não promove diálogo com os jovens, nem tampouco com o setor produtivo, negligenciando as demandas do século XXI, pois dificulta o acesso aos conteúdos demandados pela formação cidadã – consequentemente, social. Oliveira (2018) aponta este currículo como promotor de jovens que sairão do EM sem autonomia e criticidade; que sonega conhecimentos e precária e empobrece a formação escolar.

Ferreti e Silva (2017) e Ferreti (2018) enxergam na proposição de currículos complementares formas mais atrativas e flexíveis para que os jovens concluintes do EM se prontifiquem como profissionalmente capacitados para o mercado de trabalho. Os mesmos autores repudiam a extensão do currículo e a organização de sua grade curricular, justificando-os como responsáveis pelos altos índices desfavoráveis para esta etapa da Educação Básica nas avaliações promovidas.

Consensualmente, tem-se a assertiva de que este currículo atual é excludente, e não vem favorecer a aprendizagem de qualidade, não sendo capaz de desenvolver habilidades e competências tão demandadas pelos jovens, principalmente os mais carentes, frustrando-os em seus projetos de vida e iludindo-os em suas propostas de inserção no mercado de trabalho, sustentando um modelo de estratificação social arcaico e ainda muito comum na sociedade brasileira (GONÇALVES, 2017; FERRETI; SILVA, 2017; LINO, 2017; KRAWCZYK; FERRETTI, 2017; OLIVEIRA; BATISTA, 2018; ANDRADE; SOUZA, 2020).

De acordo com Moran (2017), o projeto de vida retrata aquilo que, no caso o jovem do EM, pretende ser/fazer em momentos futuros de sua vida, bem como a definição das formas para conquista do pretendido. Materializa a consciência e as forma de avaliar e trilhar aprendizados, aquisição de conhecimentos, formação e desenvolvimento de competências e habilidades.

A noção de competência, dentro do contexto educacional, é concebida como garantia de justiça social e promoção de igualdade aos estudantes, vindo-lhes conferir qualidades, aptidões, capacidades e conhecimentos fundamentados. É concebida, ainda, como o exercício de uma inteligência mediante alguma situação que demanda pela prática de conhecimentos adquiridos e, para o momento, sendo transformados de acordo com a diversidade que a situação lhe exige (COSTA; ERICEIRA; NUNES, 2021).

Perrenoud (2002) afirma que o conceito de competências teve seu surgimento de acordo com demandas no campo profissional e mais tarde veio atender demandas no campo da educação e, desde então, vem se fazendo presente em documentos da legislação brasileira. Define competência como um conjunto de habilidades, conhecimentos e saberes que, se articulados promovem o saber-fazer e por isso relaciona-se à prática do trabalho. Contudo, para que seja colocada em funcionamento, toda competência demanda conhecimento e não se caracteriza como algo estático, mas sempre em movimento, me busca de inovações perante às demandas de resolução de alguma coisa.

Um desses documentos da legislação brasileira mais atual é a BNCC, que recomenda que todas as decisões dentro do processo educacional devam estar orientadas para o desenvolvimento de competências, sendo preconizadas como principais: saber raciocinar, representar, comunicar-se e argumentar. Estas vem sempre acompanhadas de ações para a sua garantia, como: investigar, explicar e justificar (BRASIL, 2018).

Assim, a atual reforma curricular do EM motivou-se pela elaboração dos currículos pautando-se e condicionando-se às competências e habilidades definidas na BNCC. Ainda, pela implantação de itinerários formativos visando especialização profissional do jovem, mas em escolas regulares de EM (COSTA; DIAS, 2021).

As justificativas para a reforma originaram-se em quatro ponderações: baixo percentil de jovens concluintes do EM que chegam até o ensino superior; demanda pela diversificação/flexibilização curricular; baixos índices de desempenho escolares pautados em avaliações; extensa grade curricular; alto índice de evasão escolar durante esta etapa da educação básica (COSTA; DIAS, 2021).

Segundo Zitzke e Pinto (2020), ingenuidade acreditar que o currículo único seria capaz de conferir equidade de ensino e aprendizagem para todos os jovens do EM, considerando a diversidade presente em todo o país. Por isso a necessidade da BNCC como embasamento para o trabalho com competências e habilidades nesta etapa, funcionando como antídoto para baixa qualidade na educação e na aposta de educandos autônomos, protagonistas, participativos e criativos.

Assim, a formação baseada em competências e marcada pela lógica de mercado adaptada materializa-se em um novo modelo pedagógico, mas não deixando de carregar consigo resquícios de relações estreitadas com o setor produtivo, sendo percebida pela expressão flexibilização do ensino (SILVA, 2018). No contexto, tem-se então uma formação básica para o trabalho associada às novas configurações do mundo produtivo ao EM regular, onde o desenvolvimento de competências e habilidades é a garantia de que o jovem aluno ‘saiba-fazer’ para estar inserido na sociedade – inclusive a do trabalho (COSTA; DIAS, 2021).

O discurso da formação para o trabalho vai subsidiar o discurso para a empregabilidade e por isso o currículo do NEM deve focar-se na aquisição de habilidades e desenvolvimento de competências que possam tornar os jovens concluintes desta etapa básica como empregáveis (COSTA; DIAS, 2021).

A empregabilidade pode ser conceituada como compreendida com uma condição subjetiva entre sujeitos (e suas realidades) e o mercado de trabalho a partir de sua realidade e atualidade. Por isso, competências e empregabilidade são sinônimas para o mercado de trabalho, considerando que a primeira (empregabilidade) se dá perante o desenvolvimento e a continuidade do desenvolvimento de competências. Estas (as competências) são transferíveis ou exercitadas no mercado de trabalho. Por isso, afirma-se que as competências para o mercado são continuamente reavaliadas e constantemente adaptadas às demandas de cada momento, mas nunca se dissociam do contexto do trabalho, sendo integrada ao mercado (BUENO, 2019).

Afirma-se que o NEM traz em seu bojo a relação educação-trabalho, assegurando a todas as classes sociais, inclusive às classes que dependem da educação pública, garantias formativas que atendam à empregabilidade. Mesmo, ainda representando a dinâmica da acumulação flexível – ou seja, a garantia do capital humano no ensino formal regular –, a reforma proposta não deixou de explicitar que a ‘moeda de troca’ seria o desenvolvimento das competências e habilidades para o seu êxito (COSTA; DIAS, 2021).

4 A CARTILHA COMO PRODUTO TECNOLÓGICO DO CURRÍCULO COMPLEMENTAR SOCIAL COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO

4.1 Identificando o produto tecnológico

O produto tecnológico desenvolvido a partir da elaboração da dissertação do curso de Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino do Centro Universitário Vale do Rio Verde (UNINCOR), intitulada como ‘Jovens Concluintes do Ensino Médio e o Mercado de Trabalho’, foi uma cartilha com noções de Contabilidade voltada para o ingresso no mercado de trabalho para o EM (ou seja, o currículo complementar social).

Bohnen e Oliveira (2018) asseguram o êxito de cartilhas utilizadas para o EM, justificando-se em sua ludicidade como fator de motivação e de exploração de respostas a partir da construção de conhecimentos realizados imperceptivelmente e, de forma simultânea, corroboram com o aprimoramento de conhecimentos prévios, sendo estes entrantes para de novos outros.

Afirmam que, pelo caráter lúdico e inovador, as cartilhas são permissivas à assimilação de conteúdos mais complexos ou interdisciplinares – então, ideais para o trabalho de noções de Contabilidade como impostos e tributos, direitos trabalhistas, rotinas do departamento pessoal e gestão financeira familiar como estrutura curricular complementar social (BOHNEN; OLIVIERA, 2018).

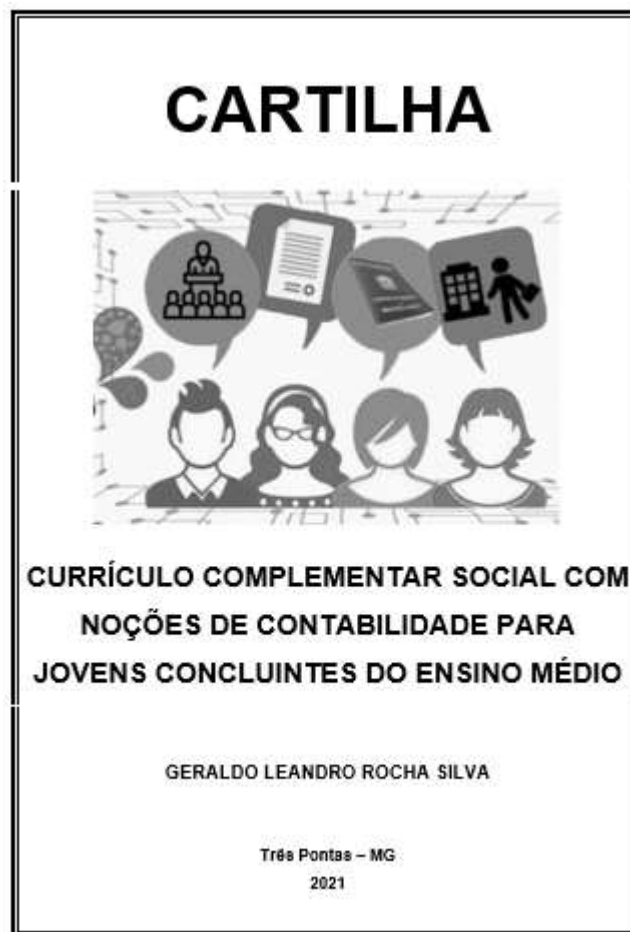
Bertrand (2001) afirma que as cartilhas são instrumentos utilizados por correntes educativas destinadas ao social, considerando que sujeitos, sociedade e conteúdos demandam por formas de interações pedagógicas centradas ao preparo educativo cuja função primária é o preparo dos alunos para descobertas de soluções relacionadas aos seus problemas sociais enfrentados, não desconsiderando os contextos culturais envolvidos.

A proposta de cartilhas confirma a concepção da pedagogia crítico-social dos conteúdos defendida por Libâneo (1992) – a de que a prática educativa demanda por recursos mediatizados pela realidade para que a transformação social desejada possa ser exitosa. Melo e Cruz (2014), defendem a cartilha como uma metodologia promotora de diálogo no espaço do EM, corroborando para a prática de ensino a partir de processos de interação para a construção do conhecimento, não descartando seu caráter social, pois atende à diversidade dos alunos.

4.2 Apresentando a cartilha

Como já afirmado, a cartilha (Figura 1) foi desenvolvida pelo contador Geraldo Leandro Rocha Silva (em setembro de 2021), enquanto produto tecnológico e resultados dos estudos e pesquisas promovidas para a estruturação de sua dissertação de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento, intitulada como ‘Jovens Concluintes de Ensino Médio e o Mercado de Trabalho’.

Figura 1 – Capa da Cartilha



Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Trata-se, então, de uma cartilha elaborada para o desenvolvimento e o trabalho de noções de Contabilidade voltada para jovens do EM público, pretensos ao ingresso no mercado de trabalho.

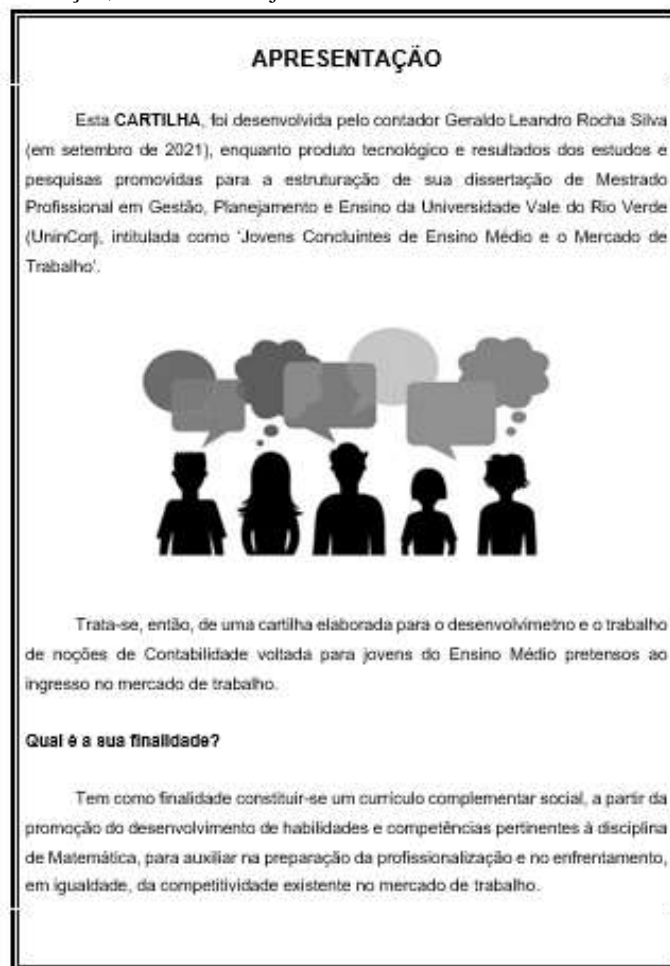
Tem como finalidade constituir-se um currículo complementar social, a partir da promoção do desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à disciplina de

Matemática, para auxiliar na preparação da profissionalização e no enfrentamento, em igualdade, da competitividade existente no mercado de trabalho.

4.3 Objetivo e público-alvo da cartilha

O objetivo principal da cartilha, logo apontado em sua página de apresentação (Figura 2) é inferir um currículo complementar social com noções de Contabilidade, remetendo aos jovens concluintes do EM mais preparo para o acesso ao mercado de trabalho com mais estrutura, conhecimentos, competências, habilidades e autoconfiança.

Figura 2 – Página de apresentação, contendo o objetivo da Cartilha



Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Além dos jovens concluintes do EM, também a docência de Matemática é considerada como público-alvo da cartilha, considerando que muitas competências e habilidades da BNCC desta disciplina podem ser adquiridas por meio do seu conteúdo. Além disso, sua proposta vem acompanhar a organização curricular do NEM.

Tem-se, então, que esta cartilha pode ser um instrumento didático-pedagógico para todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do EM.

4.4 Apresentação do formato, da estrutura e do conteúdo da cartilha

Seu formato digital, permite ao jovem concluinte do EM o preparo, que explore conhecimentos organizados didaticamente – e por isso, autodidata –, junto às novas tecnologias.

Por meio da estrutura de seu conteúdo (podendo ser a mesma impressa, quando conservados os seus direitos autorais), várias estratégias de ensino podem ser exploradas pela docência visando a aprendizagem significativa dos jovens concluintes do EM que almejam a inclusão no mercado de trabalho, tais como: aula expositiva dialogada (ou diálogo digital, para formatos da educação à distância); trabalho em grupo; resolução de problemas; tempestade de ideias; fóruns; estudo de casos.

Tem como características físicas, a boa organização, trabalhada em um contraste de preto X branco, ilustrações apropriadas e relacionadas ao texto proposto, texto objetivo e dirigido, com termos importantes destacados. Além disso, quando pertinentes, traz sugestões de pesquisas e leituras para saber mais, por meio da disposição de *hiperlinks* relacionados. Ou seja, uma extensão de sua característica digital, favorecendo rapidez de pesquisa e na busca de informações e conhecimentos a serem adquiridos – uma característica favorável a este público-alvo digitalizado e eletrônico. Por isso, diz-se que se enquadra na descritiva de um instrumento ou recurso didático adequado e estruturado para disseminação do conteúdo demandado e ao público-alvo pretendido.

A cartilha estruturou-se a partir de três blocos de estudo:

1. Tributos, impostos, taxas e contribuições;
2. Departamento Pessoal;
3. Planejamento Financeiro Familiar.

Para cada um dos blocos foram elencados seus objetos de estudo (Quadro 1) e seus objetivos de aprendizagem (Quadro 2), servindo tanto para nortear os jovens concluintes do EM, quanto à docência.

A identificação dos objetivos de aprendizagem de um dos objetos de estudos estruturados para os blocos de Noções de Contabilidade facilitaram para, posteriormente, delineamento das habilidades e competências a serem adquiridas e desenvolvidas junto aos jovens, no que tange a disciplina de Matemática e no que tange a pretensão ao mercado de trabalho.

Quadro 1 – Objetos do conhecimento do currículo complementar social – Noções de Contabilidade

Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
-Tributos (diretos e indiretos) -Impostos -Taxas -Contribuições (previdenciárias e não previdenciárias)	-Admissão de Funcionários (documentação) -Contrato de trabalho -Exames Médicos -Registro e atualização da carteira de trabalho -Jornada de trabalho -Horas-extra -Férias -Vale transporte -Dissídio coletivo -Demissões e Afastamentos	-Receitas -Despesas (fixas, variáveis, anuais, eventuais) -Orçamento -Controle Financeiro -Prática de Economia -Poupança -Empréstimos

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

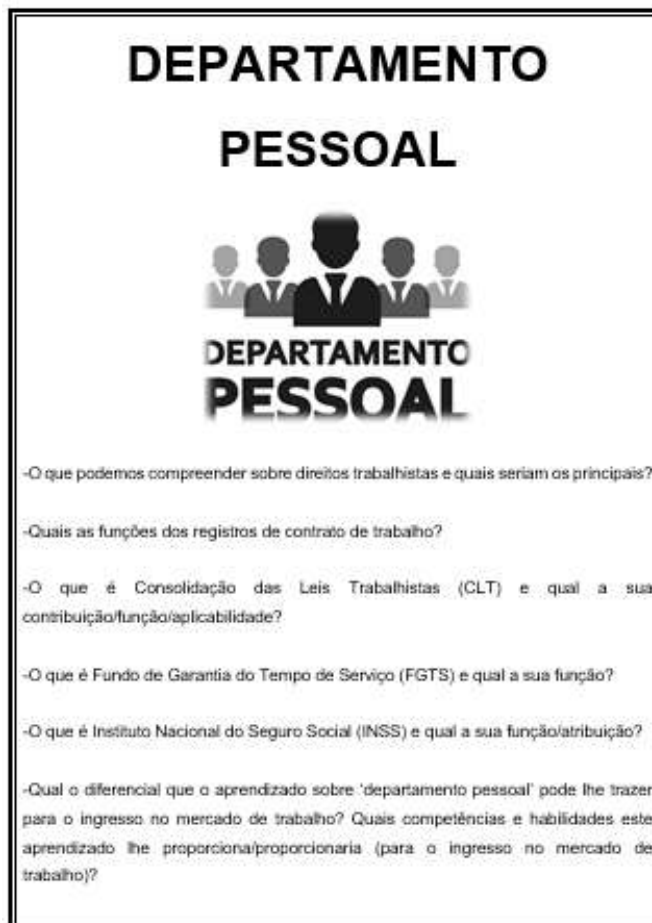
Quadro 2 – Objetivos de aprendizagem do currículo complementar social – Noções de Contabilidade

Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
-Compreender o significado de tributos e seus tipos; -Compreender o significado dos impostos e sua finalidade/aplicabilidade; -Compreender o significado das taxas, seus tipos e suas finalidades; -Compreender a importância das contribuições e conhecer os seus tipos (previdenciárias e não previdenciárias).	-Compreender como funciona o processo de admissão de funcionários em uma empresa, bem como conhecer sobre a documentação demandada para tal processo; -Conceituar contrato de trabalho e identificar os deveres e direitos básicos dos envolvidos nesta relação (empregados e empregadores); -Conhecer os exames médicos demandados nas relações de trabalho e identificar a função de cada um deles; -Compreender sobre a importância do registro e da atualização da carteira de trabalho; -Identificar como é composta a jornada de trabalho; -Compreender o direito às horas-extra e como elas podem ser compensadas; -Compreender o direito às férias e como elas podem ser gozadas; -Compreender os processos de demissões e afastamentos e os direitos dos empregados e deveres dos empregadores envolvidos.	-Compreender o que são receitas dentro do ambiente familiar e como a receita da família se compõe; -Compreender o que são despesas dentro do ambiente familiar, identificar quais as despesas da família e classificá-las em suas tipologias (fixas, variáveis, anuais, eventuais) -Compreender a importância do orçamento doméstico e como ele pode ser (mensalmente) estruturado; -Compreender a importância do controle financeiro para o planejamento financeiro familiar e para a preservação da saúde financeira da família; -Reconhecer a necessidade da prática de economia doméstica, as formas de sua execução para prevenção de endividamento e constituição de poupança; -Compreender as armadilhas do consumo como prevenção de realização de empréstimos e consequente endividamento familiar.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Antes da apresentação dos conteúdos de cada bloco de estudo, algumas questões norteiam/motivam o todo abordando (*brainstorming*), levando os jovens à compreensão dos seus objetivos (Figura 3).

Figura 3 – Página de divisão de capítulo da Cartilha com questões norteadoras de seu conteúdo objetivo



Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

E ao final de cada um dos tópicos, são identificadas as habilidades e competências (da disciplina de Matemática, relacionadas à BNCC e à nova estrutura curricular do NEM) desenvolvidas e sua relação/preparação para o mercado de trabalho, considerando seus temas/assuntos propensos ao enfrentamento da concorrência e o aumento de chances de empregabilidade, visando a promoção da aprendizagem significativa pretendida.

Afirma-se, então, que seu conteúdo esteja convergente com os ditames bibliográficos da BNCC e já contemplando a estrutura curricular do NEM. Por isso, reuniu de forma organizada, coerente e atrativa, informações didáticas a serem transmitidas e repassadas.

A cartilha se encerra com uma mensagem de encorajamento aos jovens concluintes do Ensino Médio acerca da garantia de empregabilidade e competitividade, mediante o seu preparo com a oferta desta cartilha (Figura 4).

Figura 4 – Página de encerramento da Cartilha com mensagens de encorajamento ao seu público-alvo



Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Nesta mensagem é deixado claro que a cartilha se faz instrumento de transmissão desse currículo social complementar com noções de Contabilidade amarradas às habilidades e competências matemáticas; mas, deixa claro a necessidade do seu protagonismo no processo de desenvolvimento das mesmas.

Moreira (2014) afirma que o protagonismo se faz condição e elemento principal para uma nova forma e visão do processo 'ensino e aprendizagem', cujo foco passa a ser dialógico, reconhecendo e tomando consciência da demanda dos sujeitos para a transformação desejada.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO A PARTIR DA APLICABILIDADE DA CARTILHA

5.1 Habilidades e competências de Contabilidade adquiridas pelos do Ensino Médio para o ingresso no mercado de trabalho e empregabilidade

A partir dos conteúdos explorados sobre tributos, impostos, taxas e contribuições, departamento pessoal e planejamento financeiro familiar, pode-se afirmar competências específicas de Matemática a serem desenvolvidas:

Competências específicas de Matemática e suas Tecnologias para o Ensino Médio:

- 1 Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]
- 2 Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]
- 3 Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]
- 4 Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...] (BRASIL, 2018, p. 531).

Em todas as 4 competências específicas destacadas podem ser desenvolvidas as 4 competências básicas essenciais ao letramento matemático, sendo elas: raciocinar; representar; comunicar e argumentar – como preconizado pela BNCC (BRASIL, 2018).

E, para cada uma das competências destacadas, pode-se afirmar as seguintes habilidades desenvolvidas com a prática dos conteúdos do currículo complementar social de Contabilidade, relacionando-o aos conteúdos matemáticos:

- 1 Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]
EM13MAT101 – Interpretar situações econômicas, sociais [...]
EM13MAT102 – Analisar gráficos; apresentar relatórios [...]
EM13MAT104 – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]
- 2 Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]
EM13MAT201 – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]
EM13MAT203 – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]
- 3 Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]
EM13MAT303 - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento

familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

4 Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]

EM13MAT405 – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]

EM13MAT409 – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...] (BRASIL, 2018, p.525-530).

De acordo com Costa, Ericeira e Nunes (2021), as competências da base, a serem desenvolvidas pelos jovens do EM, representam um conjunto de atitudes, valores, conhecimentos e, acima de tudo habilidades.

As habilidades de cada uma das competências identificadas são elencadas no Quadro 3, responsáveis por levar os jovens do EM ao raciocínio, à representação, a comunicação e à argumentação.

Quadro 3 – Competências e habilidades da BNCC desenvolvidas com a aplicabilidade da Cartilha de Noções de Contabilidade (currículo complementar social) para o mercado de trabalho

Competência 1 – Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]		
EM13MAT101 – Interpretar situações econômicas, sociais [...]		
Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
- Interpretar a condição da arrecadação de impostos para o funcionamento da máquina pública; - Reconhecer a necessidade de contribuições previdenciárias para garantia legal de benefícios aos contribuintes;	- Compreender o funcionamento dos processos de admissão e de demissão; - Compreender o direito do trabalho, com base na legislação que o regula (CLT); - Compreender como são realizados cálculos de jornadas de trabalho, férias, pagamentos de horas-extras e compensação das mesmas.	- Compreender a relação da baixa renda familiar e a necessidade de promoção de economia doméstica; - Compreender a conjuntura econômica do país e a necessidade de planejamento financeiro familiar; - Compreender a relação da baixa renda familiar e a inexistência de poupanças; - Compreender a relação da baixa renda familiar e a existência de endividamentos.
EM13MAT104 – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]		
Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
- Calcular tributos, impostos, taxas e contribuições a partir dos índices determinados;	- Calcular férias e valores a serem recebidos com o evento; - Calcular pagamentos de horas-extras; - Calcular compensação de horas, a partir de um banco de horas constituído.	- Calcular receitas e despesas, para verificação da positividade ou negatividade do orçamento familiar.

EM13MAT102 – Analisar gráficos ou documentos; apresentar relatórios [...]		
Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
-Analisar guias de tributos, impostos, taxas e contribuições e verificar a sua veracidade a partir dos cálculos realizados.	-Analisar contracheques para verificar se recolhimentos e pagamentos estão corretos. -Analisar informativos de valores de acertos demissionais.	-Analisar extratos bancários (entradas e saídas) para correta interpretação da saúde financeira familiar;
Competência 2 – Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]		
EM13MAT201 – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]		
Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
-Propor ações de conscientização sobre a importância do recolhimento dos tributos, impostos e taxas mediante conhecimento suas finalidades e objetivos.	-Tentar programar o período de férias ou a utilização do banco de horas de todos os familiares para uma época específica para a promoção de um passeio ou uma viagem familiar.	-Propor a adoção de orçamento familiar e planejamento familiar; -Propor ações planejadas para redução de gastos e promoção de economia doméstica;
EM13MAT203 – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]		
Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
-Propor a criação de uma tabela listando todos os tributos, impostos, taxas e contribuições realizadas no âmbito doméstico que impactam o seu orçamento.	-Criar uma planilha para mapeamento das férias dos membros da família ou de seus bancos de hora para a programação de um passeio/uma viagem familiar.	-Criar planilhas com receitas e gastos familiares; -Criar planilhas, a partir de grupos de despesas específicos;
Competência 3 – Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]		
EM13MAT303 - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]		
Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
-Propor a criação de uma tabela eletrônica listando todos os tributos, impostos, taxas e contribuições realizadas no âmbito doméstico que impactam o seu orçamento.	-Criar uma planilha eletrônica para mapeamento das férias dos membros da família ou de seus bancos de hora para a programação de um passeio/uma viagem familiar.	-Criar planilhas eletrônicas com receitas e gastos familiares; -Criar planilhas eletrônicas, a partir de grupos de despesas específicos;
Competência 4 – Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]		
EM13MAT405 – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]		
Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de	-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de	-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de

tributos, impostos, taxas e contribuições	férias, horas extras, banco de horas e acertos demissionais.	juros providos do descontrolado do orçamento doméstico.
EM13MAT409 – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...]		
Tributos, impostos, taxas e contribuições	Departamento Pessoal	Planejamento Financeiro Familiar
-Analisar guias de tributos, impostos, taxas e contribuições e verificar a sua veracidade a partir dos cálculos realizados. -Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) de tributos, taxas, impostos e contribuições pagas durante o ano.	-Analisar contracheques para verificar se recolhimentos e pagamentos estão corretos. -Analisar informativos de valores de acertos demissionais. -Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) de horas extras, banco de horas e suas respectivas compensações ou pagamentos.	-Analisar extratos bancários (entradas e saídas) para correta interpretação da saúde financeira familiar; -Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) da saúde financeira familiar.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Costa, Ericeira e Nunes (2021) asseguram que, a partir da BNCC do EM, as competências específicas de Matemática, desenvolvidas por meio de habilidades exercitadas, dão embasamento para que os jovens adolescentes resolvam problemas ao longo de suas vidas e, por isso se figuram-se como muito significativas. Ainda, segundo os mesmos autores, a base recomenda que problemas cotidianos façam parte do aprendizado e os conhecimentos adquiridos (que no caso as competências formadas e as habilidades desenvolvidas) passam a ser aplicados naturalmente junto às questões da comunidade, se estendendo ao mundo do trabalho.

Afirma-se então que as noções de tributos, impostos, taxas e contribuições, de departamento pessoal e de planejamento financeiro familiar são significativas para os jovens concluintes do EM, em busca de um lugar no mercado de trabalho, deixando-os mais bem preparados, considerando o desenvolvimento de suas competências e habilidades relacionadas e a ampliação das formulações matemáticas que os conteúdos proporcionaram. Estes jovens serão capazes de aplicar conceitos e executar procedimentos, de apresentar soluções ao mercado de trabalho, por meio de argumentações consistentes.

5.2 O encontro da estrutura curricular complementar social (produto tecnológico) para o Ensino Médio com a proposta curricular do Novo Ensino Médio

Para compreender a organização curricular do NEM, um breve comparativo do currículo do EM (que vigorou até 2021) com a proposta com base na Portaria 521/21 (com início para 2022) estrutura-se no Quadro 4.

Quadro 4 – Comparativo do currículo do EM com a proposta curricular do NEM (com base na Portaria 521/21)

Ensino Médio	Novo Ensino Médio
BNCC engessada: Conjunto de disciplinas pré-estabelecidas, do repasse do conhecimento pronto aos alunos.	BNCC Novo formato: Permissão para que os jovens possam escolher seus caminhos em relação às áreas específicas e formação técnica e profissional.
Carga Horária Anual: -Formação Básica Geral: 2.500h	Carga Horária Anual: -Formação Básica Geral: 1.800h -Itinerários Formativos: 1.200h
Componente Curricular Estático	Interdisciplinaridade
Formação Geral Básica com foco na Universidade	Formação Geral Básica forma para vida e os itinerários tem foco Universidade e/ ou no mundo do trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Brasil (2021) e Minas Gerais (2022).

Melo, Bezerra e Pinto (2021), ponderam que esta reestruturação foi embasada na necessidade de se pensar o protagonismo e a autonomia dos jovens do EM, pois a sociedade atual caracteriza-se como em constantes transformações, motivadas pelo crescimento e celeridade tecnológica, vindo a impor aos alunos o posicionamento de ator digital (e não mais de espectador).

De acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais, em relação ao Novo Ensino Médio (MINAS GERAIS, 2022), adotou ‘A Preparação para o Mundo do Trabalho’ como parte de seus itinerários formativos e, este se relaciona às ações que possam promover introdução dos jovens ao mercado de trabalho (Figura 5) – e, por isso, entende-se que o currículo complementar social proposto pelo produto tecnológico desenvolvido esteja em convergência com a proposta do NEM.

Figura 5 – Articulação das eletivas com o itinerário formativo



Fonte: Minas Gerais (2021a, p.5)

A proposta de preparação para o mundo do trabalho no NEM encontra-se estruturada em princípios garantidores da formação integral dos jovens e em competências que os capacitem para o mercado de trabalho, tais como conhecimentos, atitude e valores que se integrados, podem promover habilidades aos mesmos, para enfrentamento dos desafios mundanos e dos desafios do trabalho (MINAS GERAIS, 2021b).

De acordo com Melo, Bezerra e Pinto (2021), a alteração de áreas de conhecimento que instrumentalizem técnica e profissionalmente os jovens do EM, vai permitir a consolidação do almejado protagonismo, sendo esta concretizada pela construção dos projetos de vida. Entretanto, os mesmos autores recomendam que esta construção e a busca pelo protagonismo juvenil, em meio a tantas desigualdades sociais e culturais, devem estar dissociadas de práticas pedagógicas retrógradas.

Para tanto, os objetos do conhecimento do NEM, especialmente do itinerário formativo ‘Preparação para o Mundo do Trabalho’ (considerando seu tópico ‘Introdução ao Mundo do Trabalho’) que mais se relacionam com os objetos do conhecimento estruturados no currículo complementar social (Cartilha de Noções de Contabilidade enquanto produto tecnológico) são: Trabalho, emprego e renda: conceitos estruturais; O trabalho como dimensão humana; O trabalho, o bem viver e o bem comum – conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Objetos do Conhecimento do itinerário formativo Preparação par o Mundo do Trabalho X Objetos do Conhecimento do Currículo Complementar Social (Noções de Contabilidade)

Objetos do Conhecimento do itinerário formativo Preparação par o Mundo do Trabalho	Objetos do Conhecimento do Currículo Complementar Social (Noções de Contabilidade)
-Trabalho, emprego e renda: conceitos estruturais -O trabalho como dimensão humana -O trabalho, o bem viver e o bem comum	-Tributos, impostos, taxas e contribuições -Departamento Pessoal -Planejamento Financeiro Familiar

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Comparando os objetos do conhecimento (e os conteúdos os constituem), percebem-se características comuns: a superação da fragmentação do saber e uma visão positivista, pois tais objetos estão em busca de desenvolvimento conhecimentos que possam contribuir para a formação e para a preparação dos jovens do EM para o mundo do trabalho (independente se continuarão os estudos em nível superior ou não). Percebe-se no currículo complementar social sobre noções de Contabilidade conhecimentos que se enquadram perfeitamente no itinerário formativo ‘Preparação par o Mundo do Trabalho’.

Em relação às disciplinas eletivas, considera-se a estrutura do Currículo Referência de Minas Gerais Novo Ensino Médio (MINAS GERAIS, 2022) para a disciplina de Matemática

(agora denominada como Matemática e suas Tecnologias), sendo diretamente relacionada com as habilidades e competências a serem desenvolvidas em consonância com a Contabilidade.

Esta disciplina traz como propostas a Educação Financeira e a Educação Fiscal – e, por isso, entende-se que o currículo complementar social proposto pelo produto tecnológico desenvolvido esteja em convergência com a proposta do NEM.

De modo geral, no Currículo Referência de Minas Gerais, em relação ao Novo Ensino Médio (MINAS GERAIS, 2021a), tanto as habilidades dos itinerários formativos, quanto as habilidades da disciplina eletiva de Matemática e suas Tecnologias, formulam-se a partir de habilidades relacionadas ao pensar e fazer científico que são: identificar; selecionar; processar; analisar dados, fatos e evidências com atenção, curiosidade e criticidade, inclusive utilizando o apoio de novas tecnologias.

Os objetos e os objetivos de aprendizagem do componente curricular ‘Educação Financeira’ estão em consonância com os objetos e objetivos de aprendizagem propostos pelo currículo complementar social com Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho – conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Objetos e Objetivos de aprendizagem

Componente Curricular ‘Educação Financeira’ da disciplina de Matemática e suas Tecnologias do NEM	Currículo complementar social com Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho ‘Educação Financeira Familiar’
Objetos de Aprendizagem (MINAS GERAIS, 2021a, p.36)	Objetos de Aprendizagem
-Planejamento (curto, médio e longo prazos) -Orçamento (planilha) -Despesas e receitas (fixas e variáveis) -Empréstimo e financiamento -Consumo consciente -Juros -Poupança -Investimento -Economia	-Receitas -Despesas (fixas, variáveis, anuais, eventuais) -Orçamento -Controle Financeiro -Prática de Economia -Poupança -Empréstimos
Objetivos de Aprendizagem (MINAS GERAIS, 2021a, p.36)	Objetivos de Aprendizagem
-Compreender a educação financeira como estratégia para a realização dos sonhos individuais e coletivos; -Utilizar práticas favoráveis ao equilíbrio do consumo e da poupança; -Compreender a importância do planejamento de curto, médio, longo prazos e do orçamento, visando à realização de objetivos. -Utilizar os conceitos matemáticos aplicados à vida financeira.	-Compreender o que são receitas dentro do ambiente familiar e como a receita da família se compõe; -Compreender o que são despesas dentro do ambiente familiar, identificar quais as despesas da família e classificá-las em suas tipologias (fixas, variáveis, anuais, eventuais) -Compreender a importância do orçamento doméstico e como ele pode ser (mensalmente) estruturado;

<p>-Refletir sobre a questão da globalização econômica, as desigualdades sociais e a exclusão como problemas de má distribuição de renda.</p>	<p>-Compreender a importância do controle financeiro para o planejamento financeiro familiar e para a preservação da saúde financeira da família e no controle do orçamento doméstico; -Reconhecer a necessidade da prática de economia doméstica, as formas de sua execução para prevenção de endividamento e constituição de poupança; -Reconhecer a poupança como uma ferramenta para negociações, segurança financeira da família e prevenção de endividamentos; -Compreender as armadilhas do consumo como prevenção de realização de empréstimos e consequente endividamento familiar.</p>
---	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A partir do quadro percebe-se que os objetos e objetivos estão voltados para a realidade financeira das famílias nos dias de hoje, com propostas de formação de consumo consciente, da necessidade de planejamento de gastos e constituição de uma poupança. Percebe-se informações e circulação de conhecimentos que possam dar aos jovens além de capacidade para empregabilidade, um protagonismo financeiro e um exercício em relação à sua cidadania.

Percebe-se então equivalência do componente curricular ‘Educação Financeira’ da disciplina de ‘Matemática e suas Tecnologias’ do NEM com o bloco de estudos de ‘Planejamento Financeiro Familiar’ proposto pelo currículo complementar social (cartilha) de Noções Básicas de Contabilidade para o Mercado de Trabalho, o que vem qualificar o mesmo, considerando que esteja dentro da proposta da reforma curricular desta etapa de ensino, que vigora obrigatoriamente a partir deste ano de 2022.

Os objetos e os objetivos de aprendizagem do componente curricular ‘Educação Fiscal’ estão em consonância com os objetos e objetivos de aprendizagem propostos pelo currículo complementar social com Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho – conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Objetos e Objetivos de aprendizagem

Componente Curricular ‘Educação Fiscal’ da disciplina de Matemática e suas Tecnologias do NEM	Currículo complementar social com Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho ‘Tributos, Impostos, Taxas e Contribuições’
Objetos de Aprendizagem (MINAS GERAIS, 2021a, p.38)	Objetos de Aprendizagem
<ul style="list-style-type: none"> -Educação Fiscal no contexto social -Relações estado-sociedade -Função social dos tributos -Gestão democrática dos recursos públicos 	<ul style="list-style-type: none"> -Tributos (diretos e indiretos) -Impostos -Taxas -Contribuições (previdenciárias e não previdenciárias)

Objetivos de Aprendizagem (MINAS GERAIS, 2021a, p.38)	Objetivos de Aprendizagem
<ul style="list-style-type: none"> -Compreender a função social do tributo e sua relação direta com a implementação de políticas públicas. -Associar os tributos aos direitos e deveres fiscais dos cidadãos. -Compreender e reconhecer os mecanismos de controle social disponíveis aos cidadãos e a correta alocação dos recursos públicos. -Estudar e entender a estrutura e o funcionamento de uma administração pública pautada por princípios éticos, com foco nas estratégias e meios para o exercício do controle democrático. -Selecionar e propor formas de acompanhamento das ações governamentais: recolhimento, administração e aplicação dos recursos públicos. -Avaliar a indicação dos tributos nos documentos fiscais. 	<ul style="list-style-type: none"> -Compreender o significado de tributos e seus tipos; -Compreender o significado dos impostos e sua finalidade/aplicabilidade; -Compreender o significado das taxas, seus tipos e suas finalidades; -Compreender a importância das contribuições e conhecer os suas tipologias (previdenciárias e não previdenciárias).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A partir do quadro percebe-se que os objetos e objetivos estão voltados para a realidade da sociedade e dos cidadãos que nela vivem nos dias de hoje. Vincula-se nestes conteúdos noções sobre direitos e deveres e sobre o funcionamento do Estado. Conhecimentos esses essenciais para empregabilidade no mercado de trabalho e para a formação cidadã, considerando que o Brasil seja o país mais comprometido e com grandes cargas tributárias, numa sociedade que ainda não é tão justa como deveria ser e nem tampouco igualitária.

Percebe-se então equivalência do componente curricular ‘Educação Fiscal’ da disciplina de ‘Matemática e suas Tecnologias’ do NEM com o bloco de estudos de ‘Tributos, impostos, taxas e contribuições’ proposto pelo currículo complementar social (cartilha) de Noções Básicas de Contabilidade para o Mercado de Trabalho, o que vem qualificar o mesmo, considerando que esteja dentro da proposta da reforma curricular desta etapa de ensino, que vigora obrigatoriamente a partir deste ano de 2022.

De acordo com Melo, Bezerra e Pinto (2021), os jovens concluintes do EM são conscientes das determinantes políticas, sociais, culturais e econômicas das sociedades em que se encontram inseridos. Por isso, demandam por currículos por uma educação que reorganize seus pensamentos, auxilie nas suas tomadas de atitudes – e, que no caso, que lhes conduza ao mercado de trabalho e lhes garantam uma fonte de renda, devido à sua capacidade de empregabilidade.

6 CONCLUSÃO

Mediante uma pesquisa bibliográfica, extensiva à uma pesquisa documental em legislação e políticas públicas da educação, constatou-se que na sociedade brasileira, caracterizada como capitalista, a escola torna-se um elemento importante para a continuidade da acumulação do capital, pois sua organização curricular vem sustentar a reprodução da sociedade de classes.

Pesquisas literárias em publicações atualizadas serviram de subsídio para se afirmar que o atual currículo do EM (aquele que vigorou no ano de 2021, como o antecedente à reforma curricular do Novo Ensino Médio), com estrutura generalizada, não prepara os alunos da escola pública para a empregabilidade, pois não permitem-lhes a vivência de conteúdos que lhes desenvolvam habilidades e competências necessárias para o trabalho, dificultando a empregabilidade.

Uma base curricular pautada em competências deve ser uma referência para a escola e para políticas da educação de jovens do EM; deve ser, ainda, condicionante de formação e qualificação profissional – requisitos para estes jovens serem empregáveis nesta sociedade capitalista na qual estão inseridos.

Competência e empregabilidade devem elementos legitimadores na organização curricular nacional, de uma escola que precisa se flexibilizar para preparar jovens quanto ao enfrentamento da competitividade de mercado, sem se distanciar da proposta de formação integral. Qualificar estes jovens é capacitá-los para vivenciarem suas realidades, suas escolhas e garantir condições para efetivação de seus sucessos.

Assim, um currículo complementar social com Noções Básicas de Contabilidade foi estruturado como produto tecnológico e para o desenvolvimento de habilidades e competências (pertinentes à disciplina de Matemática) de jovens para o mercado de trabalho vou validado em forma de cartilha.

Também, mediante uma avaliação comparativa, comprovou-se que este produto tecnológico validado dialoga com a Base Nacional Curricular Comum (abordando competências específicas de Matemática) e com a proposta da reforma curricular do Novo Ensino Médio (em Matemática, com conteúdos relacionados à educação financeira e fiscal), haja visto estar organizado para o desenvolvimento de habilidades e competências, com objetos e objetivos de aprendizagens comuns e dentro da proposta de um itinerário formativo de preparação para o mundo do trabalho.

Conclui-se, então, que propostas educacionais para a formação de jovens do EM para o mercado de trabalho devem estar subsidiadas por uma organização curricular que permitam-lhes desenvolver suas habilidades e competências – sendo esta condição primordial para melhoria da qualidade do ensino e da conseqüente promoção da igualdade de alunos de escolas públicas, incidindo-se em uma alternativa para os enquadrar na condição de empregáveis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. L.; SOUZA, T. N. A reforma do Ensino Médio (LEI 13.415/2017): o que pensam alunos e professores? **Notandum**, v. 23, n. 52, p. 41-59, jan./abr. 2020.

BERTRAND, Y. **Teorias contemporâneas da educação**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BOHNEN, C.; OLIVEIRA, M. A. Cartilhas educativas para o ensino da Matemática no Projeto Conexão. **Salão de Ensino e Extensão Inovação na Aprendizagem**, 2018.
Disponível em:
<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/salao_ensino_extensao/article/view/18664>.
Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria n. 521**, de 13 de julho de 2021. Disponível em:
<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>>.
Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Ensino Médio. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BUENO, A. L. Competências e empregabilidade: sentidos da formação nas políticas curriculares para o Ensino Médio. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 5, n. 2, p. 36-55, dez. 2019.

COSTA, M. S.; ERICEIRA, T. B.; NUNES, C. B. O currículo de matemática do ensino médio sob a luz da BNCC: reflexões acerca das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 11, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2021.

COSTA, P. H.; DIAS, V. E. M. A profissionalização generalizada na reforma do Ensino Médio. **Revista Trabalho Necessário**, v.19, n.39, p. 236-259, ago. 2021.

ESPINDULA, M.; LEITE, J. C. P.; PEREIRA, M. Z. C. O campo das políticas curriculares no Brasil: a trajetória da década de 90. **Espaço do Currículo**, Paraíba, v. 5, n. 1, p. 103-108, 2012.

FERRETI, C. J. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018.

FERRETTI, C. J.; SILVA, M. R. Reforma do Ensino Médio: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.385-404, abr./jun. 2017.

GONÇALVES, S. D. R. V. Interesses mercadológicos e o ‘novo’ Ensino Médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 131-145, 2017.

KRAWCZYK, N.; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 33-44, 2017.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____. **Democratização da Escola Pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

MELO, M. C. H.; CRUZ, G. C. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

MELO, V. C. B.; BEZERRA, M. I. S.; PINTO, M. D. O. S. A BNCC e as finalidades o “novo” ensino médio na Complexidade do Século XXI. **Revista Anthesis**: v. 9, n.17, p. 88-101, jan./jul., 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **Currículo Referência de Minas Gerais Novo Ensino Médio**: Catálogo de Eletivas. 2021a. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/ens-medio/conteudo-de-apoio>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **Currículo Referência de Minas Gerais Novo Ensino Médio**: Itinerário Formativo. 2021b. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/ens-medio/conteudo-de-apoio>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **Currículo Referência de Minas Gerais Novo Ensino Médio**: Diretrizes Curriculares do Componente Tecnologia e Inovação. 2021c. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/ens-medio/conteudo-de-apoio>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Novo Ensino Médio: saiba mais sobre os Itinerários Formativos que serão implementados no 1º ano do Ensino Médio. **Banco de Notícias**, 26 jan. 2022. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/9-banco-de-noticias/171-novo-ensino-medio-saiba-mais-sobre-os-itinerarios-formativos-que-serao-implementados-no-1-ano-do-ensino-medio>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MORAN, J. **A importância de construir Projetos de Vida na Educação**. 2017. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/10/vida.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. 2 ed. São Paulo: EPU, 2014.

OLIVEIRA, R. Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 15, n. 44, p.247-266, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, R. O Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. **Trab. Educ. Saúde**, v. 16, n.1, abr. 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/tes/a/XDscrRPhM9Yk493QMMgWjxC/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

OLIVEIRA, R. O Ensino Médio e a precocidade do trabalho juvenil. **Educ. Rev.**, Curitiba, v. 34, n. 67, p. 177-197, fev. 2018.

OLIVEIRA, S. R.; BATISTA, S. S. S. Juventude e formação profissional no contexto das reformas do Ensino Médio e das Diretrizes Curriculares Nacionais (1971-2017). **Rev. Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.11, n.1, p. 84-93, jan./abr. 2018.

PERRENOUD, P. A Formação dos Professores no Século XXI. In: PERRENOUD, P. et al. (Org.). **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

RAMOS, M. N. Impacto da educação para o trabalho na sociedade. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 40, n.3, p. 6-17, set/dez.2014.

SCHEIBE, L.; SILVA, M. R. Reforma do Ensino Médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017.

SILVA, M. M. **Elaboração de uma cartilha como recurso didático para ensino de histologia**. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Pernambuco. Vitória de Santo Antão, 2018.

SILVA, M. R. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, n.1, 2018.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.

TARTUCE, G. L. B. P et al. Desafios do ensino médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. **Cadernos de Pesquisa**, v.48 n.168, 2018.

VILHENA, A. P. M. P. **Escola e futuro no capital simbólico da juventude em Belém: um estudo de representações sociais**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2019.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

ZITZKE, V. A.; PINTO, E. O. T. A BNCC e os impactos no currículo do Ensino Médio Integrado. **Revista Thema**, v. 17, n.2, p. 407-416, 2020.

**APÊNDICE – CARTILHA: CURRÍCULO COMPLEMENTAR SOCIAL COM
NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTES DO ENSINO
MÉDIO**

CARTILHA



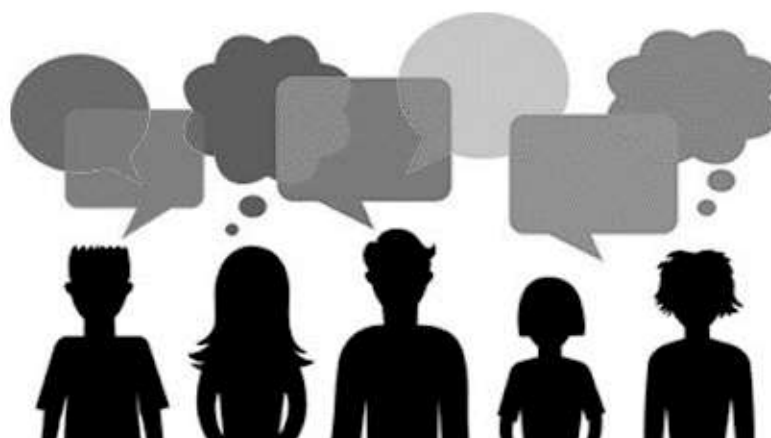
CURRÍCULO COMPLEMENTAR SOCIAL COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO

GERALDO LEANDRO ROCHA SILVA

Três Pontas – MG
2021

APRESENTAÇÃO

Esta **CARTILHA**, foi desenvolvida pelo contador Geraldo Leandro Rocha Silva (em setembro de 2021), enquanto produto tecnológico e resultados dos estudos e pesquisas promovidas para a estruturação de sua dissertação de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino do Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor), intitulada como 'Jovens Concluintes de Ensino Médio e o Mercado de Trabalho'.



Trata-se, então, de uma cartilha elaborada para o desenvolvimento e o trabalho de noções de Contabilidade voltada para jovens do Ensino Médio pretensos ao ingresso no mercado de trabalho.

Qual é a sua finalidade?

Tem como finalidade constituir-se um currículo complementar social, a partir da promoção do desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à disciplina de Matemática, para auxiliar na preparação da profissionalização e no enfrentamento, em igualdade, da competitividade existente no mercado de trabalho.

Qual o seu principal objetivo?

A disseminação de cartilhas na sociedade é uma das formas de propagação de informações e disseminação do conhecimento.

Assim, o objetivo principal desta CARTILHA é inferir um currículo complementar social com noções de Contabilidade, remetendo aos jovens concluintes do Ensino Médio mais preparo para o acesso ao mercado de trabalho com mais estrutura, conhecimentos, competências, habilidades e autoconfiança.



Quem é seu público alvo?

Além dos jovens concluintes do Ensino Médio, também a docência de Matemática é considerada como público-alvo da cartilha, considerando que muitas competências e habilidades da Base Curricular Comum Nacional (BNCC) desta disciplina podem ser adquiridas por meio do seu conteúdo. Além disso, sua proposta vem acompanhar a organização curricular do Novo Ensino Médio.

Tem-se, então, que esta cartilha pode ser um instrumento didático-pedagógico para todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do Ensino Médio.

Seu formato digital, permite ao jovem concluinte do Ensino Médio o preparo, que explore conhecimentos organizados didaticamente – e por isso, autodidata –, por meio das novas tecnologias.

Por meio da estrutura de seu conteúdo (podendo ser a mesma impressa, quando conservados os seus direitos autorais), várias estratégias de ensino podem ser exploradas pela docência visando a aprendizagem significativa dos jovens concluintes do Ensino Médio que almejam a inclusão no mercado de trabalho, tais como: aula expositiva dialogada; trabalho em grupo; resolução de problemas; tempestade de ideias; fóruns; estudo de casos.

Como está organizado o seu conteúdo?

Seu conteúdo está dividido em três blocos de estudo:

- 1 Tributos, impostos, taxas e contribuições;
- 2 Departamento Pessoal;
- 3 Planejamento Financeiro Familiar;

Afirma-se, então, que seu conteúdo esteja convergente com os ditames bibliográficos da Base Nacional Curricular Comum e já contemplando a estrutura curricular do Novo Ensino Médio.

Antes da apresentação dos conteúdos de cada bloco de estudo, algumas questões norteiam/motivam o todo abordando, levando os jovens à compreensão dos seus objetivos. E ao final, serão identificadas as habilidades e competências (da disciplina de Matemática) desenvolvidas e sua relação/preparação para o mercado de trabalho, considerando seus temas/assuntos propensos ao enfrentamento da concorrência e o aumento de chances de empregabilidade.

OBJETOS DE ESTUDOS SOBRE NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA O MERCADO DE TRABALHO

Tributos, impostos, taxas e contribuições

- Tributos (diretos e indiretos)
- Impostos
- Taxas
- Contribuições (previdenciárias e não previdenciárias)

Departamento Pessoal

- Admissão de Funcionários (documentação)
- Contrato de trabalho
- Exames Médicos
- Registro e atualização da carteira de trabalho
- Jornada de trabalho
- Horas-extra
- Férias
- Vale transporte
- Dissídio coletivo
- Demissões e Afastamentos

Planejamento Financeiro Familiar

- Receitas
- Despesas (fixas, variáveis, anuais, eventuais)
- Orçamento
- Controle Financeiro
- Prática de Economia
- Poupança
- Empréstimos

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM SOBRE NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA O MERCADO DE TRABALHO

Tributos, impostos, taxas e contribuições

- Compreender o significado de tributos e seus tipos;
- Compreender o significado dos impostos e sua finalidade/aplicabilidade;
- Compreender o significado das taxas, seus tipos e suas finalidades;
- Compreender a importância das contribuições e conhecer os suas tipologias (previdenciárias e não previdenciárias).

Departamento Pessoal

- Compreender como funciona o processo de admissão de funcionários em uma empresa, bem como conhecer sobre a documentação demandada para tal processo;
- Conceituar contrato de trabalho e identificar os deveres e direitos básicos dos envolvidos nesta relação (empregados e empregadores);
- Conhecer os exames médicos demandados nas relações de trabalho e identificar a função de cada um deles;
- Compreender sobre a importância do registro e da atualização da carteira de trabalho;
- Identificar como é composta a jornada de trabalho;
- Compreender o direito às horas-extra e como elas podem ser compensadas;
- Compreender o direito às férias e como elas podem ser gozadas;
- Compreender o direito ao vale transporte;
- Entender como funciona o dissídio coletivo;
- Compreender os processos de demissões e afastamentos e os direitos dos empregados e deveres dos empregadores envolvidos.

Planejamento Financeiro Familiar

- Compreende o que são receitas dentro do ambiente familiar e como a receita da família se compõe;

- Compreender o que são despesas dentro do ambiente familiar, identificar quais as despesas da família e classifica-las em suas tipologias (fixas, variáveis, anuais, eventuais
- Compreender a importância do orçamento doméstico e como ele pode ser (mensalmente) estruturado;
- Compreender a importância do controle financeiro para o planejamento financeiro familiar e para a preservação da saúde financeira da família e no controle do orçamento doméstico;
- Reconhecer a necessidade da prática de economia doméstica, as formas de sua execução para prevenção de endividamento e constituição de poupança;
- Reconhecer a poupança como uma ferramenta para negociações, segurança financeira da família e prevenção de endividamentos;
- Compreender as armadilhas do consumo como prevenção de realização de empréstimos e consequente endividamento familiar.

TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES



Tributo
Imposto
Taxas
Contribuições

- O que são tributos e como podem ser explicadas as suas funções/aplicações?
- O que é Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e qual a sua função?
- O que é Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e qual a sua função?
- O que compreende-se por Imposto de Renda (IR) e qual a sua função/objetivo?
- O que podemos compreender por taxa municipal e qual a sua função/objetivo?
- Qual o diferencial que o aprendizado sobre 'tributos, impostos, taxas e contribuições' pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades que este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?

OS TRIBUTOS

Os tributos, considerando a conceituação do Código Tributário Nacional, são prestações pecuniárias (ou seja, dinheiro) compulsórias (ou seja, obrigatórias) em moedas, garantidas por leis, que os cidadãos pagam ao Estado.

Considerada como alta, a carga tributária do Brasil vem descontentar seus cidadãos. Entretanto, não é um mecanismo opcional. Portanto, o pagamento de tributos é obrigatório e por isso diz-se que a obrigação de recolhimento é do Estado e a obrigação do pagamento é do cidadão.

Importante: as taxas e os impostos são categorizados como tributos, pois têm seus recolhimentos guiados para o funcionamento do Estado em relação ao cumprimento de suas obrigações.

OS IMPOSTOS

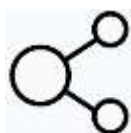
Os impostos são os tributos considerados mais relevantes para o Estado, considerando que o recolhimento de cada um deles tenha um destino próprio (saúde, seguridade, educação).

Exemplos:

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Tributo sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
- Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
- Tributo de Renda (IR);
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- Imposto Territorial Rural (ITR);
- Impostos de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI);
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Para saber mais...

Você pode acessar os *hiperlinks* abaixo para saber mais sobre os principais tributos nacionais:



<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>

<http://www.portaltributario.com.br/tributario/tributacao.htm>

<https://impostometro.com.br/Noticias/Interna?idNoticia=377>



Afirma-se então que o recolhimento dos impostos mantém o governo em funcionamento, pois abastece cofres públicos e mantém a máquina governamental em funcionamento, pois cobre suas despesas.

DIFERENCIANDO IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Já sabemos que os impostos são recolhimentos do Estado, para manutenção de seu funcionamento, relacionado aos pagamentos realizados pelos contribuintes (cidadãos).

As **taxas** são cobradas pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios. Remetem aos preços de utilização de serviços especializados, fornecidos pelo poder público por alguma concessionária ou ente governamental.



Por isso, diz-se que as taxas visam a regulação do uso (efetivo ou potencial) de um serviço público (que se caracteriza como específico e divisível) prestado aos seus contribuintes ou colocado à disposição dos mesmos.

As **contribuições** (de melhoria), da mesma forma que as taxas, vinculam-se às contraprestações estatais. Contudo, a diferença incide, no caso das contribuições, da realização de uma obra pública por parte do governo, para que a mesma possa gerar valorização imobiliária.

Mas, como é feito o cálculo desse pagamento? O cálculo é realizado com base nos valores que serão agregados a cada imóvel. Exemplo: o cálculo de uma obra pública, como a construção de uma praça.



As contribuições de melhoria são instituídas pela União, Estados e Municípios

TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS

Os **tributos indiretos** são aqueles aplicados sobre serviços e produtos. São assim denominados pois não consideram a renda do contribuinte/cidadão, mas o valor que por ela é consumido.

O ponto relevante para a cobrança de tais tributos são as transações (e circulação) de mercadorias (roupas, alimentos, medicamentos, eletrônicos, etc.); ou seja, o imposto que incide sobre o consumo delas. Portanto, diz-se que sua cobrança é indireta às pessoas.



Por isso, diz-se que este tributo é prejudicial aos cidadãos das classes mais baixas, pois representam grande percentual no montante de suas rendas.

Como exemplos de tributos indiretos, tem-se os principais:

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Serviços (ISS).

Os **tributos diretos** caracterizam-se como os que incidem de modo direto na renda dos cidadãos e, portanto, é guiado pelo princípio da proporcionalidade – ou seja, quanto maior a renda do cidadão, maior será o valor do imposto a ser pago pelo mesmo.

Como exemplo deste tipo de imposto tem-se o Imposto de Renda (IR), considerando contas patrimoniais e receitas alcançadas em períodos para seu cálculo.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As **contribuições previdenciárias** são definidas como aquelas cujo destino é a seguridade social, subdividindo-se em contribuições previdenciária e não previdenciárias.

Um exemplo de contribuição previdenciária é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As **contribuições não previdenciárias** voltam-se aos custeios da Assistência Social e da Saúde Pública. Objetivam a constituição de um fundo para concessões de benefícios assistências a sociedade, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93 – LOAS).

São exemplos de contribuições não previdenciárias:

- Programa de Integração Social (PIS);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Nas contribuições não previdenciárias, os fundos arrecadados visam benefícios a serem usufruídos por todos, sem que seja necessário algum tipo de contra partilha.



É justamente tal característica que estabelece diferenciação clara entre as contribuições não previdenciárias das previdenciárias.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS TRABALHADAS E DESENVOLVIDAS (JUNTO AO CONTEÚDO DE TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES) PARA O MERCADO DE TRABALHO

Os jovens concluintes do Ensino Médio, além dos conhecimentos teóricos sobre tributos, impostos, taxas e contribuição, também farão apurações dos mesmos, que os capacitarão para ingressarem na área fiscal das empresas.



Competência 1 – Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]

EM13MAT101 – Interpretar situações econômicas, sociais [...]

- Interpretar a condição da arrecadação de impostos para o funcionamento da máquina pública;
- Reconhecer a necessidade de contribuições previdenciárias para garantia legal de benefícios aos contribuintes;

EM13MAT104 – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]

- Calcular tributos, impostos, taxas e contribuições a partir dos índices determinados;

EM13MAT102 – Analisar gráficos ou documentos; apresentar relatórios [...]

- Analisar guias de tributos, impostos, taxas e contribuições e verificar a sua veracidade a partir dos cálculos realizados.

Competência 2 – Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]

EM13MAT201 – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]

- Propor ações de conscientização sobre a importância do recolhimento dos tributos, impostos e taxas mediante conhecimento suas finalidades e objetivos.

EM13MAT203 – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

-Propor a criação de uma tabela listando todos os tributos, impostos, taxas e contribuições realizadas no âmbito doméstico que impactam o seu orçamento.

Competência 3 – Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]

EM13MAT303 - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

-Propor a criação de uma tabela eletrônica listando todos os tributos, impostos, taxas e contribuições realizadas no âmbito doméstico que impactam o seu orçamento.

Competência 4 – Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]

EM13MAT405 – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]

-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de tributos, impostos, taxas e contribuições

EM13MAT409 – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...]

-Analisar guias de tributos, impostos, taxas e contribuições e verificar a sua veracidade a partir dos cálculos realizados.

-Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) de tributos, taxas, impostos e contribuições pagas durante o ano.

DEPARTAMENTO PESSOAL



- O que podemos compreender sobre direitos trabalhistas e quais seriam os principais?
- Quais as funções dos registros de contrato de trabalho?
- O que é Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e qual a sua contribuição/função/aplicabilidade?
- O que é Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e qual a sua função?
- O que é Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e qual a sua função/atribuição?
- Qual o diferencial que o aprendizado sobre 'departamento pessoal' pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?

ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS

Para o processo de admissão de funcionários, primeiramente faz-se necessária a apresentação da documentação básica obrigatória para início do procedimento de contratação.

Documentos originais:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- 01 foto 3/4.

Cópias (xerox) de:

- Registro Geral (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Programa de Integração Social (PIS) ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP);
- Título de Eleitor;
- Histórico escolar ou diploma universitário;
- Comprovante de endereço.
- Cópia de acordo ou sentença judicial em casos de existência de obrigações de pensão alimentícia;
- Comprovante de quitação com o serviço militar;
- Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos;
- Carteira de vacinação de filhos menores de 7 anos;

Importante: Demais documentos podem ser exigidos aos candidatos, considerando o tipo de trabalho a ser realizado, conforme periculosidade do cargo ou da organização nos quais serão inseridos.



Toda a documentação básica obrigatória deve ser enviada ao departamento pessoal da empresa contratante antes do novo contratado ingressar na empresa; ou seja, antes que este comece o desempenho de suas atribuições profissionais para qual foi selecionado.

Contudo, considerando as regras novas do eSocial, para novos registros recomenda-se que a documentação seja enviada com pelo menos dois dias de antecedência à data de admissão.

Importante: Devido ao eSocial, o prazo para envio de informações é sempre de, no mínimo, um dia antes à data admissional; contudo, quando os procedimentos da qualificação cadastral são realizados, caso os dados dos empregados a serem contratados apresentem divergências, o envio do registro só é efetivado após as devidas regularizações.

Registra-se que, além dos documentos obrigatórios listados, cabe ao departamento pessoal da empresa comunicar junto aos escritórios de contabilidade prestadores de serviço (ou seus departamentos contábeis), informações essenciais para a composição do cadastro de empregados, tais como:

- Discriminação/detalhamento da função que o novo contratado irá exercer;
- A discriminação/detalhamento do seu horário de trabalho (compreendendo esta jornada em uma carga horária de 44 horas semanais, permissivas à 2 horas extras diárias);
- O comunicado de opção (ou não) pelo vale transporte.

Importante: é de responsabilidade dos empregados a manutenção dos seus documentos pessoais atualizados, inclusive endereços e cartão de PIS/PESEP.

CONTRATO DE TRABALHO

O **contrato de trabalho**, é o ato de vontade no qual as partes (empregado e empregador), avençam com liberdade à cooperação mútua.

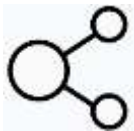
O **empregado** oferece a força do seu trabalho, comprometendo-se a agir com fidelidade, obediência ao regulamento da empresa, e com diligência.

O **empregador** se compromete a bem remunerar o obreiro, obediência às leis, dando-lhe tratamento digno e proporcionando-lhe ambiente sadio e seguro para o desenvolvimento do seu mister.

O contrato de trabalho é um **negócio jurídico** que se dá entre empregado e empregador, definido como o acordo tácito ou expresso correspondente à relação de emprego, conforme a **Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)**.

Para saber mais...

Você pode acessar o *hiperlink* abaixo para saber mais sobre a CLT atualizada:



https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/ctt_e_normas_correlatas_1ed.pdf

O contrato de trabalho se caracteriza como:

- Bilateral – pois, possui direitos e obrigações recíprocas;
- Consensual – pois, nasce da vontade e da concordância das partes;
- Oneroso – pois, há contraprestação pelo serviço prestado;
- Cumulativo – pois cada parte sabe previamente seu direito em relação à outra, onde as obrigações se resumem em recíprocas e equivalentes;

-*Institu personae* – pois, sendo pessoal, possui caráter fiduciário em relação ao emprego; (6) trato sucessivo – pois, não se exaure com a prática de somente um ato, sendo débito permanente.

Além disso, pode-se afirmar que todo contrato de trabalho subordina-se a duas normas, sendo elas **sindicato** e **regime interno**:

- Sindicato (respectivo/relacionado): as normas sindicais têm vigências anuais, sendo julgadas pelos tribunais trabalhistas;

-Regime interno da organização: são normas estabelecidas pelos empregadores, de caráter disciplinar ou embasados por pareceres legais; seus controles e prazos de validade são de responsabilidade da empresa contratante. Com base no regime interno, faz-se a análise para determinação da efetivação do trabalhador contratado (ou não).

EXAMES MÉDICOS

O **exame médico admissional** é obrigatório, servindo como certificação de condições físicas e condições psicológicas dos empregados ou suas aptidões para desempenho das funções.

Exames médicos periódicos são realizados anualmente ou de acordo com os prazos internos, considerando os riscos das funções de seus contratados, sendo extensivos ao PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)).

Exames médicos de retorno ao trabalho são aqueles realizados, obrigatoriamente, quando os trabalhadores se ausentam por 30 dias ou mais de suas funções laborais, por motivos de doenças, acidentes de trabalho ou parto.

Os **exames médicos de mudanças de funções** devem ser realizados antes da efetivação das transições, postos de trabalho ou trocas de setores – principalmente, quando os empregados seguirão para novas funções que estejam expostos aos riscos relacionados às mudanças.

Os **exames médicos demissionais** também são obrigatórios, e devem ser realizados (no máximo) até a data de homologação, considerando que último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de:

- 135 dias para as empresas de grau de risco 1 e 2;
- 90 dias para empresas de grau de risco 3 e 4.

Exames toxicológicos são obrigatórios, tanto para admissão quanto para demissão, para as funções de motoristas/condutores de ambulância, ônibus (rodoviários e urbanos) e caminhão e guincho.

REGISTRO E ATUALIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO

Como o registro de trabalho é obrigatório, compete ao empregado a apresentação de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para que suas funções sejam discriminadas/registradas.

O prazo para a anotação a ser realizada por parte da empresa contratante é de 48 horas e, em casos de desobediência, multas podem ser atribuídas em ocasiões de fiscalização.

QUADRO DE HORÁRIO

Os empregadores estão desobrigados de afixar quadros de horários em casos de existência de documentos de registro de presenças – como é o caso da existência de cartão de ponto.

JORNADA DE TRABALHO

A jornada legal de trabalho é de 8 horas diárias nem 44 semanais, podendo o contrato de trabalho fixar jornadas inferiores.



Contudo, algumas funções demandam ininterrupções (como é o caso de telefonistas, digitadores, porteiros, vigias) e, para tanto, existem jornadas especiais a saber:

-Jornadas superiores a 6 horas de trabalho: requer um intervalo de pelo menos 1 hora e de no máximo 2 horas;

-Jornadas superiores a 4 horas e inferiores a 6 horas: requer um intervalo de 15 minutos;

-Jornadas iguais ou inferiores a 4 horas não tem intervalo.

Importante: horários e intervalos são fixados em contratos de trabalho; contudo, são passivos de alterações mediante acordos, desde que estejam dentro dos moldes previstos pela CLT.

Prorrogação da Jornada

Diz-se de uma jornada de trabalho prorrogada (diária/semanal) quando a mesma vem ultrapassar limites legalmente estabelecidos → o que vai gerar o que se chama de **hora extra**.



O percentual de horas extras seguem acordos, convenções ou dissídios coletivos.

Compensação de horas

As horas extras (ou aquelas horas que excedem o horário estabelecido pelas jornadas de trabalho) podem ser 'compensadas' com a redução da jornada de trabalho em outros dias, isentando-a os empregadores do pagamento monetário das horas excedidas em dias anteriores.

Para tal compensação, tem-se três formas a saber:

- Compensação Semanal;
- Compensação de dias intermediários a feriados;
- Banco de horas.

Importante: a reforma trabalhista de 2017 veio ditar que:

-A compensação de jornada pode ser estabelecida mediante acordos individuais e a mesma deve ocorrer dentro do mês cujas jornadas forma excedidas;

-O banco de horas pode ser combinado entre empregados e empregadores, individualmente ou por escrito, desde que tal compensação enquadre-se no período (máximo) de 6 meses;



Qualquer acordo que ultrapasse os períodos de compensação ou banco de horas deverá ser pactuado, de modo obrigatório, junto ao sindicato da categoria.

Duração do trabalho do menor

É, legalmente, considerado como menor o trabalhador cuja idade está entre 14 e 18 anos. Salvo a condição de jovem aprendiz (considerado como aquele empregado de pelo menos 14 anos), não são permissivos contrato de trabalho junto a jovens com idade inferior a 16 anos.

Para tais menores mencionados, não são permitidas horas-extras; exceto, em casos de compensação e acordos coletivos, ou por algum motivo enquadrando-me na alegação de força maior.

Importante: o trabalho noturno para menores é expresso e legalmente proibidos.

FÉRIAS

O período para férias compete ser fixado pelos empregadores, dentro dos períodos de gozo, com abrangência de qualquer época dentro dos 12 meses. Contudo, os empregados devem ser comunicados no mínimo 30 dias antes do início deste período (ou seja, antes de sair de férias)

Aos empregadores, compete o registro das férias na carteira de trabalho. O prazo para a anotação em carteira (do valor líquido recebido em férias e o período de seu acontecimento). O recebimento do comprovante deste pagamento deve ocorrer dois dias antes do início das férias.



Os empregadores que não concederem férias ao empregados (ou ultrapassar o período de gozo) estão sujeitos ao pagamento em dobro da respectiva remuneração.

Como calcular o período de férias?

Para o cálculo do período de descanso remunerado, garantido legalmente aos trabalhadores, observa-se a sua frequência proporcional ao trabalho. Diz-se então, que tal proporcionalidade resulta de faltas quando não justificadas:

Faltas no Período Aquisitivo	Dias de Férias
Até 5	30 dias corridos
De 6 a 14	24 dias corridos
De 15 a 23	18 dias corridos
De 24 a 32	12 dias corridos
Acima de 32	O empregado perde o direito às férias

Abono pecuniário de férias

Todos os empregados têm o direito de opção por conversões de um terço (1/3) de suas férias em dinheiro → o que chamamos de férias vendidas ao empregador. Entretanto, tal opção deve ser formalizada pelos empregados, mostrando sua vontade e interesse. Os demais dois terços (2/3) das férias têm que ser gozados pelos empregados.

Exemplo para empregado com direito a 30 dias de férias:

20 dias = descanso;

10 dias = em dinheiro, sem descanso.

Parcelamento do período de férias

Antes da reforma trabalhista, o período de férias deveria ser gozado de uma só vez. Após o ano de 2017, concedeu-se o parcelamento de férias aos empregados, podendo usufruir os dias de direito em três períodos. Contudo:

- Um dos períodos não poderá ser menor do que 14 dias corridos;
- Demais períodos (um ou dois) não poderá ser menor do que 5 dias corridos.

Pensando em favorecer (ou não prejudicar os empregados), a nova legislação trabalhista impede que as férias dos empregados se iniciem no período de dois dias que antecedem feriados ou repousos semanais remunerados.

Veio dar proteção ao menor trabalhador, permitindo que este possa conciliar seu período de férias do trabalho junto ao período de férias escolares.

Importante: durante o período de férias, nenhum empregado deve/pode prestar serviços aos seus empregadores.

Férias Coletivas

As férias coletivas podem ser concedidas aos empregados de uma organização, ao mesmo tempo; ou, ainda, para um determinado setor/departamento (como por exemplo, somente ao departamento de produção de uma indústria).

Para as férias coletivas, observam-se dois períodos anuais, sem que nenhum deles seja inferior a 10 dias corridos.

Compete aos empregadores a responsabilidade de comunicação ao Ministério do Trabalho, na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) com antecedência de quinze dias. No mesmo prazo, cabe-lhes a ocorrência desta iniciativa a cópia da comunicação ao sindicato representante da categoria.



As microempresas e empresas de pequeno porte são dispensadas desta comunicação ao Ministério do Trabalho.

VALE TRANSPORTE

Os empregadores são responsáveis pelo fornecimento de vales transportes necessários para trazer os empregados até o posto de trabalho (e, também de levá-lo para a casa) – conforme declaração de deslocamento assinada na etapa de contratação.

Os vales transporte são entregues aos trabalhadores no início de cada mês, descontados em 6% (valor máximo limite) na folha de pagamento dos empregados.

DISSÍDIO COLETIVO

Os dissídios coletivos (ou seja, os aumentos salariais) acontecem a partir do 'data-base' dos sindicatos relacionados a cada representatividade de segmento empresarial.

DEMISSÕES E AFASTAMENTOS

Antes que os empregados sejam comunicados formalmente de suas demissões, os empregadores devem consultar a conversão coletiva ou o órgão competente de cada classe/segmento.

Alguns casos especiais devem ser notados:

-Os empregados em contratos de experiência devem ser comunicados, com antecedência, que não serão efetivados pelas empresas empregadoras;

-Alguns casos de empregados afastados por auxílio (como por exemplo, por doença, licença a maternidade, etc.) não pode ser comunicados/notificados, independente se suas atividades estejam (ou não) fixadas em convenção coletiva.

-Os empregados acidentados durante atividades de trabalho, quando afastados por um período mínimo de 15 dias, não enquadram-se nos quadros de demissões de uma organização.

Comunicação da rescisão do contrato de trabalho

Cabe aos empregadores a comunicação aos empregados de suas dispensas, via cartas com todos os dados de desligamento: data, horário e local para as homologações.

Homologação e quitação

Os empregados que estão envolvidos no processo de demissão têm o direito de conhecer suas verbas rescisórias. Entretanto, quando da ocorrência da menoridade, as verbas rescisórias são dadas mediante presença de seus pais ou de um responsável.

Quando os empregados envolvidos no processo de demissão têm mais de um emprego, a quitação é validada no sindicato ou no Ministério do Trabalho.

Os prazos para pagamentos de verbas rescisórias devem ser respeitadas pelos seus empregadores e o não cumprimento destes acarreta em multas (equivalência a um salário), em casos de fiscalização. Com a reforma trabalhista, a partir de 2017 ficou estipulado que o prazo de pagamento das verbas é de até 10 dias, considerando a data do término de contrato.

Além disso, deve haver pontualidade nas guias de recolhimentos dos encargos dos empregados, devendo nos períodos de homologação e quitação estarem com todos os pagamentos realizados regularmente. A ausência de um deles pode acarretar em fiscalização ou reclamação trabalhista.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS TRABALHADAS E DESENVOLVIDAS (JUNTO AO CONTEÚDO DE DEPARTAMENTO PESSOAL) PARA O MERCADO DE TRABALHO

Por meio da teoria sobre a rotina de um departamento pessoal, os jovens concluintes do Ensino Médio poderão exercitar procedimentos e, ainda, compreender a legislação específica, que os capacitarão para ingressarem na área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal das empresas.



Competência 1 – Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]

EM13MAT101 – Interpretar situações econômicas, sociais [...]

- Compreender o funcionamento dos processos de admissão e de demissão;
- Compreender o direito do trabalho, com base na legislação que o regula (CLT);
- Compreender como são realizados cálculos de jornadas de trabalho, férias, pagamentos de horas-extras e compensação das mesmas.

EM13MAT104 – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]

- Calcular férias e valores a serem recebidos com o evento;
- Calcular pagamentos de horas-extras;
- Calcular compensação de horas, a partir de um banco de horas constituído.

EM13MAT102 – Analisar gráficos ou documentos; apresentar relatórios [...]

- Analisar contracheques para verificar se recolhimentos e pagamentos estão corretos.
- Analisar informativos de valores de acertos demissionais.

Competência 2 – Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]

EM13MAT201 – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]

-Tentar programar o período de férias ou a utilização do banco de horas de todos os familiares para uma época específica para a promoção de um passeio ou uma viagem familiar.

EM13MAT203 – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

-Criar uma planilha para mapeamento das férias dos membros da família ou de seus bancos de hora para a programação de um passeio/uma viagem familiar.

Competência 3 – Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]

EM13MAT303 - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

-Criar uma planilha eletrônica para mapeamento das férias dos membros da família ou de seus bancos de hora para a programação de um passeio/uma viagem familiar.

Competência 4 – Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]

EM13MAT405 – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]

-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de férias, horas extras, banco de horas e acertos demissionais.

EM13MAT409 – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...]

-Analisar contracheques para verificar se recolhimentos e pagamentos estão corretos.

-Analisar informativos de valores de acertos demissionais.

-Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) de horas extras, banco de horas e suas respectivas compensações ou pagamentos.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR



- Na sua família, quem cuida/faz planejamento financeiro (orçamento) familiar e de que forma é feito (quais os instrumentos utilizados)?
- Quais os benefícios do correto planejamento familiar (adoção de orçamento familiar)?
- O que você compreende por economia doméstica e quais as formas representativas de economia financeira doméstica?
- Quais as vantagens de uma poupança provida da economia doméstica?
- O que pode ser compreendido por receita, despesa e investimentos?
- Qual o diferencial que o aprendizado sobre 'planejamento financeiro familiar' pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?

RECEITAS E DESPESAS

O primeiro passo para um bom planejamento financeiro familiar é a compreensão do quais são seus **ganhos** (receitas) e de quais são seus **gastos** (despesas) da casa.

Uma boa dica é a realização de anotações provenientes dos salários e benefícios (por exemplo, os vales transporte e alimentação), dos auxílios governamentais (por exemplo, o bolsa família), a existência de aposentadorias e pensões ou ganhos extras (por exemplo, serviços prestados, comissões de vendas ou ganhos com artesanatos ou trabalhos manuais).



Assim, para saber qual é **o ganho (a receita da casa)** todos os tipos de remuneração dos membros familiares são considerados.

Na sequência, a dica é considerar todas as despesas da casa, podendo elas se categorizarem em despesas fixas e variáveis e, ainda eventuais e anuais.

-Despesas fixas: aquelas pagas todos os meses, com valores iguais ou aproximados (exemplos: aluguel, prestação da casa, mensalidades escolares, planos de saúde, etc.)

-Despesas variáveis: aquelas, embora existam com frequência, tem seus valores ou frequência variados (exemplos: compras de supermercado, compras nas padarias e açougues, gastos com transportes, etc.)

-Despesas eventuais: aquelas cuja ocorrência não tenha regularidade (exemplo: reformas/consertos de casa, gastos na compra de material escolar, gastos com dentistas, etc.).

-Despesas anuais: aquelas que ocorrem em um só período do ano (exemplo: matrículas escolares, viagens de férias e impostos).

Conhecendo as despesas e receitas da casa, o próximo passo é a anotação das mesmas → ou seja, a construção prática do **orçamento doméstico** → podendo ocorrer em construção de **planilhas, tabelas e gráficos**.



A elaboração do orçamento doméstico é importante para o planejamento financeiro familiar e representa uma forma importante de da pratica de economia.

ORÇAMENTO

Orçamento pode ser entendido como uma organização esquematizada de valores discriminados em períodos considerados, servindo como referência para projeções futuras e acompanhamento das conta da casa. Afirma-se que este é um instrumento importante para a **economia doméstica**.

Quando, em suas planilhas, a soma dos gastos é maior do que a soma das receitas, é preciso rever e ajustar situações. Além disso, deve-se trabalhar sempre na positividade, **poupando**, para que a eventualidade de gastos inesperados não represente uma ameaça à saúde financeira da casa.

Nas planilhas, a divisão de grupos de contas é essencial (moradia, alimentação, educação, transporte, saúde, etc.). Assim, cada família tem seu esquema particular de gastos, conforme a realidade em que vivem.

As **projeções** ajudam no orçamento doméstico, sendo possível a construção de planilhas de meses que ainda virão, para **previsão de despesas**, representando uma forma de **controle** do financeiro da casa.

Com o tempo – ou seja, com a prática e o exercício do planejamento financeiro familiar –, os orçamentos e o controle vão se aprimorando e a tendência é a melhoria da situação financeira da família. É neste ponto que a inclusão da **poupança** no orçamento vai garantir sua saúde financeira.



As dicas para elaboração do orçamento familiar são:

- Criar grupos, a partir da realidade de cada família;
- Fazer anotações para acompanhar todos os gastos;
- Guardar notas/recibos para facilitar o lançamento dos gastos;
- Comparar gastos do mês atual com meses anteriores, para avaliação do que pode ser economizado ou ter custos reduzidos

CONTROLE FINANCEIRO

Os problemas financeiros de uma casa não limitam-se à baixa renda existente ou à falta de dinheiro. Em muitas ocasiões é resultado do **excesso de gastos**.



Famílias com grande volume de rendas também têm problemas financeiros quando fogem do controle e gastam mais do que ganham. Nasce aí a criação de **dívidas financeiras**.



Por outro lado, famílias com volume de rendas menores, quando praticam o controle financeiro exercitando o orçamento familiar, conseguem acumular valores (poupança) e tem a saúde financeira familiar sob controle.

O diferencial está justamente na capacidade de **manutenção do controle** das despesas familiares. Para tanto, os gastos devem sempre ser realizados, considerando as seguintes dicas:

- Firmeza no controle de despesas;
- Prática de pesquisa de preços, marcas e fornecedores;
- Conferencias de contas;
- Criação do hábito de planejamento do uso diário do dinheiro;
- Utilização de fichas de anotações ou controles por meio de planilhas
- Arquivamento de recibos e notas.

PRÁTICA DA ECONOMIA

A prática da economia no orçamento doméstico é inimiga dos impulsos do consumo. As armadilhas para consumir (e gastar mais do que o previsto ou do que pode) são tentadoras e podem promover desequilíbrio orçamentário.

Algumas dicas para a prática da economia são:

- Planejar ou fazer listas de supermercados;
- Comprar o que está na lista e evitar compras por impulso;
- Não se iludir com conversas de vendedores de lojas;
- Lembrar que a realização de compras não é terapia;
- Aproveitar promoções e liquidações;
- Evitar estoques, pois o estoque representa dinheiro parado;
- Fazer pesquisas de preço ou pleitear por descontos (quando o pagamento é a vista, os juros inexistem, o desconto é sempre maior e, por isso, poupanças representam fontes de negociações e obtenção de preços mais baratos e consequente redução de gastos);
- Economizar recursos como água e luz em casa também são práticas representativas;
- Faça passeios em parques e promova encontros familiares ao ar livre, fazendo as refeições em casa em detrimento ao consumo de alimentos fora de casa.

Educar-se financeiramente não é apenas sinônimo e aprender a investir e ganhar dinheiro. É uma forma de controle comportamental (de ansiedades) e prevenção de desperdícios do dinheiro.

POUPANÇA

Entende-se por poupança a diferença existente entre dinheiro recebido e dinheiro gasto. Numa fórmula simples **poupança = sobra de dinheiro**.

As poupanças, considerando então o planejamento financeiro familiar (e a prática do orçamento), são feitas com condição de pensamentos em médio e longo prazos. Ela não está construída em poucos meses; pelo contrário, é a soma de valores que sobram (pouco ou muito, pequenos ou grandes) por um longo período.

EMPRÉSTIMOS

Tomar dinheiro emprestado é acumular é sinônimo de descontrole financeiro e pagamento de **juros**. Embora pareça uma solução temporária para que a dificuldade financeira familiar seja sanada, representa um problema financeiro futuro, criando uma situação de dependência perigosa, dificultando alcance de metas de acumulação de capital para constituição de poupanças.

Os empréstimos são considerados como resultados de endividamentos e aquisição de juros – o que dificulta, ainda mais, a recuperação financeira familiar. Assim, antes de contrair empréstimos, a solução é a revisão do orçamento para o corte de gastos.

Podem representar crédito fácil, mas que na verdade, implica em uma ilusão de que tudo que você quer comprar você pode pagar. A tentação do crédito fácil representa uma armadilha para um consumo desenfreado, que resulta em endividamento e em baixa saúde financeira familiar.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS TRABALHADAS E DESENVOLVIDAS (JUNTO AO CONTEÚDO PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR) PARA O MERCADO DE TRABALHO

Em um cenário onde a maioria das famílias dos jovens concluintes do Ensino Médio público são da classe social menos favorecida, vivenciando um orçamento familiar justo e/ou negativo, com teoria sobre planejamento financeiro familiar, tais jovens compreenderão receita, despesa, custo, investimento e economia, e se capacitarão para ingressarem nas áreas de gestão, comercial e contábil de empresas.



Competência 1 – Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]

EM13MAT101 – Interpretar situações econômicas, sociais [...]

- Compreender a relação da baixa renda familiar e a necessidade de promoção de economia doméstica;
- Compreender a conjuntura econômica do país e a necessidade de planejamento financeiro familiar;
- Compreender a relação da baixa renda familiar e a inexistência de poupanças;
- Compreender a relação da baixa renda familiar e a existência de endividamentos.

EM13MAT104 – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]

- Calcular receitas e despesas, para verificação da positividade ou negatividade do orçamento familiar.

EM13MAT102 – Analisar gráficos ou documentos; apresentar relatórios [...]

- Analisar extratos bancários (entradas e saídas) para correta interpretação da saúde financeira familiar;

Competência 2 – Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]

EM13MAT201 – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]

- Propor a adoção de orçamento familiar e planejamento familiar;
- Propor ações planejadas para redução de gastos e promoção de economia doméstica;

EM13MAT203 – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

- Criar planilhas com receitas e gastos familiares;
- Criar planilhas, a partir de grupos de despesas específicos;

Competência 3 – Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]

EM13MAT303 - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

- Criar planilhas eletrônicas com receitas e gastos familiares;
- Criar planilhas eletrônicas, a partir de grupos de despesas específicos;

Competência 4 – Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]

EM13MAT405 – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]

- Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de juros providos do descontrole do orçamento doméstico.

EM13MAT409 – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...]

- Analisar extratos bancários (entradas e saídas) para correta interpretação da saúde financeira familiar;
- Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) da saúde financeira familiar.

ENCERRANDO...



Agora você, jovem concluinte do Ensino Médio, está mais preparado para o enfrentamento do mercado de trabalho e redução da competitividade que nele existe, considerando que você desenvolveu habilidades e competências necessárias para o êxito de sua proposta: a empregabilidade.

**BOA SORTE E BEM-VINDOS AO
MERCADO DE TRABALHO!**

REFERÊNCIAS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Planejamento financeiro familiar**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2009.

FERRARI, A.; THEODORO, A. J.; SCALABRIN, I.; KAMMLER, E. L.; GIOLLO, P. R. Educação financeira familiar: uma contribuição quanto às percepções de planejamento, reserva e falta de dinheiro. **Perspectiva**, v. 42, n.158, p. 89-100, jun. 2018.

GONTIJO, J. T. Classificação da Cidadania. **Grupo Educação Ética e Cidadania - GEEC**, 20 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.geec.org.br/portal/index.php/articulistas/reflexoes-para-acoes-jomar-teodoro-gontijo/829-classificacao-da-cidadania>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

JUNIOR, R. Departamento Pessoal: Entenda quais são as suas funções e práticas, guia completo. **Rede Jornal Contábil**, 1 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/departamento-pessoal-entenda-quais-sao-as-suas-funcoes-e-praticas-guia-completo/>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

MORAES, A. A. R.; TIOSSI, F. M.; FERRACINI, M. J. F.; MOL, D. A. R. Departamentos de Recursos Humanos e PESSOAL: diferenças e similaridades e a relação com a Contabilidade. **Rev. Eletrônica Organ. Soc.**, Iturama, v. 7, n. 7, p. 44-66, jan./jun. 2018.

SINDIFISCAL. **Definição de tributo**. 2021. Disponível em: <<http://www.sindifiscal-es.org.br/>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

